

CADERNO DA MENTORIA

Aulas Principios e Organização da Administração Pública

Disciplina: Direito
Público e
Legislações
Professora:
Ariane Cazado.

PRINCÍPIOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

- EXPLÍCITOS: ART. 37, CAPUT, CF/88.

LEGALIDADE

IMPESSOALIDADE

MORALIDADE

PUBLICIDADE

EFICIÊNCIA

- 1) **Princípio da Legalidade**: O princípio da legalidade trata-se da lei acima dos interesses particulares. Logo, a administração pública só pode ser exercida se estiver de acordo com as leis.
- 2) **Princípio da Impessoalidade**: A Administração pública deve tratar igualmente todos os administrados que estejam em situação semelhante. No entanto, é necessário tratar os desiguais na medida de suas desigualdades.
- 3) **Princípio da Moralidade**: A Administração deve agir com ética, probidade, honestidade.
- 4) **Princípio da Publicidade**: Os atos da Administração Pública devem ter a mais ampla divulgação possível dos seus resultados e ações para os seus administrados. É fato preponderante para a validade dos atos administrativos, salvo ressalvas admitidas em lei.

- 5) **Princípio da Eficiência**: A administração Pública deve agir com celeridade, rapidez, economia, modicidade e cordialidade.

- **IMPLÍCITOS**:

- **AUTOTUTELA**: É o poder-dever da Administração pública de rever seus próprios atos;
- **ISONOMIA**: É a garantia da igualdade;
- **PROPORCIONALIDADE/RAZOABILIDADE**: Significa ponderar as situações. São princípios fungíveis entre si;
- **DEVIDO PROCESSO LEGAL**: Garantir o Contraditório e a ampla defesa;
- **SUPREMACIA DO INTERESSE PÚBLICO**: O interesse público prevalecerá em face dos interesses particulares ou privados;
- **SEGURANÇA JURÍDICA**: É a garantia do Direito adquirido, do ato jurídico perfeito e da coisa julgada;
- **MOTIVAÇÃO**: Significa justificar os atos administrativos, dizer o porquê.

EXERCÍCIOS

1) O Município de Salvador elaborou plano estratégico para melhorar as atividades de fiscalização pelos agentes de trânsito e transporte e as condições de segurança, higiene e conforto dos veículos do sistema de transporte público.

Neste contexto, a busca de melhores resultados práticos, menos desperdícios e maior produtividade decorre do seguinte princípio da Administração Pública:

- A) Moralidade.
- B) Impessoalidade.
- C) Isonomia.
- D) Segurança Jurídica.
- E) Eficiência.

2) Durval, cidadão brasileiro e engenheiro civil, desempenha trabalho voluntário na ONG Transparência, cujo principal objetivo é apurar a conformidade das contas públicas e expor eventuais irregularidades, apresentando reclamações e denúncias aos órgãos e entidades competentes.

Ocorre que, durante o ano de 2018, a Secretaria de Obras do Estado Alfa deixou de divulgar em sua página da Internet informações referentes aos repasses de recursos financeiros, bem como foram omitidos os registros das despesas realizadas. Por essa razão, Durval compareceu ao referido órgão e protocolizou pedido de acesso a tais informações, devidamente especificadas.

Acesse o site: www.romariofalci.com.br

Em resposta à solicitação, foi comunicado que os dados requeridos são de natureza sigilosa, somente podendo ser disponibilizados mediante requisição do Ministério Público ou do Tribunal de Contas.

A partir do enunciado proposto, com base na legislação vigente, assinale a afirmativa correta.

a) A decisão está em desacordo com a ordem jurídica, pois os órgãos e entidades públicas têm o dever legal de promover, mesmo sem requerimento, a divulgação, em local de fácil acesso, no âmbito de suas competências, de informações de interesse coletivo ou geral que produzam ou custodiem.

b) Assiste razão ao órgão público no que concerne tão somente ao sigilo das informações relativas aos repasses de recursos financeiros, sendo imprescindível a requisição do Ministério Público ou do Tribunal de Contas para acessar tais dados.

c) Assiste razão ao órgão público no que concerne tão somente ao sigilo das informações relativas aos registros das despesas realizadas, sendo imprescindível a requisição do Ministério Público ou do Tribunal de Contas para acessar tais dados.

d) Assiste razão ao órgão público no que concerne ao sigilo das informações postuladas, pois tais dados apenas poderiam ser pessoalmente postulados por Durval caso estivesse devidamente assistido por advogado regularmente inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil.

3- Luciana, imbuída de má-fé, falsificou documentos com a finalidade de se passar por filha de Astolfo (recentemente falecido, com quem ela não tinha qualquer parentesco), movida pela intenção de obter pensão por morte do pretense pai, que era servidor público federal. Para tanto, apresentou os aludidos documentos forjados e logrou a concessão do benefício junto ao órgão de origem, em março de 2011, com registro no Tribunal de Contas da União, em julho de 2014. Contudo, em setembro de 2018, a administração verificou a fraude, por meio de processo administrativo em que ficou comprovada a má-fé de Luciana, após o devido processo legal.

Sobre essa situação hipotética, no que concerne ao exercício da autotutela, assinale a afirmativa correta.

A) A administração tem o poder-dever de anular a concessão do benefício diante da má-fé de Luciana, pois não ocorreu a decadência.

B) O transcurso do prazo de mais de cinco anos da concessão da pensão junto ao órgão de origem importa na decadência do poder-dever da administração de anular a concessão do benefício.

C) O controle realizado pelo Tribunal de Contas por meio do registro sana o vício do ato administrativo, de modo que a administração não mais pode exercer a autotutela.

D) Ocorreu a prescrição do poder-dever da administração de anular a concessão do benefício, na medida em que transcorrido o prazo de três anos do registro perante o Tribunal de Contas.

4) João, agente de trânsito e transporte do Município de Salvador, realizava blitz a fim de verificar a regularidade dos sistemas de trânsito e de transporte.

Por coincidência, Mário, seu vizinho e antigo desafeto que conduzia um caminhão na área urbana, foi parado na blitz para ser fiscalizado. Ainda que não tenha sido encontrada qualquer irregularidade no veículo inspecionado, João lavrou auto de infração em desfavor de Mário, exclusivamente por retaliação.

No caso em tela, João violou, frontal e diretamente, princípios constitucionais da Administração Pública. Assinale a opção que os indica.

- A) Legalidade e pessoalidade.
- B) Segurança jurídica e autotutela.
- C) Razoabilidade e publicidade.
- D) Moralidade e impessoalidade.
- E) Isonomia e competitividade.

5) Próximo do término da construção de um túnel que passa sob um morro onde existe uma grande comunidade, os peritos verificam que, em função do peso das casas, a construção desabaria.

O governador do Estado, tomando ciência do fato, decide realizar a desapropriação de 100 casas que se localizavam na encosta do morro, mesmo sofrendo duras críticas de grupos da população.

Ao agir, pautando-se nos princípios da Administração Pública, o governador teve a sua decisão motivada, especificamente, pelo princípio

- A) da autotutela.
- B) da legalidade.
- C) da especialidade.
- D) da supremacia do interesse público sobre o privado.
- E) da segurança jurídica.

ORGANIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

A expressão Administração Pública possui vários sentidos, mas o que nos interessa, neste momento, é o conceito estrito, em sentido subjetivo, formal ou orgânico, segundo o qual a Administração Pública é o conjunto de pessoas jurídicas, órgãos e agentes públicos que exercem a função administrativa. Portanto, corresponde ao “quem” exerce tal função.

O que é Administração direta?

A administração direta ou centralizada é constituída pelos órgãos relacionados aos entes da federação, como a União, os estados, o Distrito Federal e os municípios, por exemplo. Eles estão subordinados ao chefe do poder ao qual pertencem.

Alguns exemplos desses órgãos são a Presidência da República (nível federal), a Assembleia Legislativa (nível estadual) e a Câmara dos Vereadores (nível municipal).

O que é Administração indireta?

A administração indireta ou descentralizada pode ser entendida como o conjunto de órgãos que prestam serviços públicos, ligados à administração direta, com CNPJ próprio.

Para os órgãos desse tipo de administração não existe uma hierarquia ou um controle hierárquico. Assim, essas entidades estão subordinadas ao controle do Estado.

Alguns exemplos de administração indireta são:

- **autarquias:** instituídas por lei, com autonomia administrativa e financeira, mas sujeitas ao controle do Estado, como a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e o Banco Central do Brasil (BACEN);
- **fundações públicas:** criadas por lei, podem ser entidades de Direito Público ou privado. Sua atividade deve ser de interesse público e não pode ter fins lucrativos, como a Fundação Nacional do Índio (FUNAI);
- **empresas públicas:** pessoas jurídicas de Direito Privado, criadas por autorização legal e administradas pelo poder público, como os Correios e a Caixa Econômica Federal;
- **sociedades de economia mista:** pessoas jurídicas de Direito Privado, criadas sob a forma de sociedade anônima e compostas por capital público e privado, como o Banco do Brasil e a Petrobras.

Administração direta e indireta: principais diferenças

Entre as maiores diferenças da administração pública direta e indireta estão a formação, o funcionamento e os órgãos que as compõem. Além disso, a indireta abriga tanto pessoas jurídicas de Direito Público quanto pessoas jurídicas de Direito Privado.

Resumindo, a administração direta corresponde à prestação dos serviços públicos diretamente pelo próprio Estado e seus órgãos, enquanto a indireta refere-se ao serviço prestado por pessoa jurídica criada pelo poder público para exercer tal atividade.

Administração direta e indireta: exemplos

Entender os conceitos da administração pública, seja ela direta ou indireta, é o ponto de partida para compreender o funcionamento e a estrutura do Estado. Isso é fundamental para quem busca um cargo público, pois são conceitos de relevância e recorrentes em provas de concurso.

Veja alguns exemplos de cada tipo de administração a seguir.

- **Administração direta:** secretarias, ministérios, Câmara dos Deputados, Senado Federal, STF, TSE, TST e Tribunais de Conta.
- **Administração indireta:** autarquias, empresas públicas, fundações públicas e consórcios públicos e sociedade de economia mista.

QUESTÕES ORGANIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

- 1) A estrutura da administração pública indireta é composta por um conjunto de entidades personalizadas que executam atividades e serviços de interesse público. Dentre elas, destacam-se as entidades autônomas criadas por lei, dotadas de personalidade jurídica de direito público, com gestão, receita e patrimônio próprios, cuja finalidade é executar atividades típicas da administração pública.

Trata-se das

- A) Autarquias.
 - B) Empresas públicas.
 - C) Fundações públicas.
 - D) Organizações sociais.
 - E) Sociedades de economia mista.
-
- 2) Assinale a alternativa que indica corretamente organização da administração pública indireta.
 - A) Autarquia
 - B) Prefeitura Municipal
 - C) Governo do Estado
 - D) Ministério da Fazenda
 - E) Secretaria Municipal de Planejamento

 - 3) Joana, prefeita do Município Alfa, após reunião com os secretários municipais, decidiu que o Município necessitava de uma empresa pública para a prestação de serviços de indiscutível relevância para a população.

Ao consultar a Procuradoria-Geral do Município a respeito da forma de se criar uma empresa

pública, mais especificamente sobre ser necessária, ou não, a edição de lei, foi-lhe corretamente informado que a:

- A) criação é feita por lei específica;
 - B) instituição é autorizada por lei específica;
 - C) criação é feita por escritura pública, não dependendo de lei;
 - D) criação é feita por decreto do Poder Executivo, não dependendo de lei;
 - E) instituição é feita por lei, com posterior edição do decreto específico de criação.
- 4) A pessoa jurídica de direito público, com capacidade exclusivamente administrativa, criada por lei e desprovida de caráter econômico, denomina-se
- A) empresa pública.
 - B) sociedade de economia mista.
 - C) fundação.
 - D) autarquia.
 - E) organização social.
- 5) A Administração Pública indireta é composta por entes descentralizados, de competência do governo, criados para desempenharem variadas funções de serviços à população. Nesse sentido, existe uma entidade que assume a forma de pessoa jurídica, cuja criação é autorizada por lei, como um instrumento de ação do Estado, dotada de personalidade de Direito Privado, mas submetida a certas regras especiais, decorrentes dessa sua natureza auxiliar da atuação governamental. Ela é constituída sob a forma de sociedade anônima, cujas ações com direito a voto pertencem em sua maioria à União ou a uma entidade de sua administração indireta, sobre remanescente acionário de propriedade particular.

Essa entidade é chamada de

- A) empresa pública
- B) autarquia especial
- C) agência reguladora
- D) sociedade de economia mista
- E) agência executiva